

DESMEDIDAS

Trazem notícias de lá:
está gordo o gado
agora que choveu
a minha filha cresce e escreve cartas já
e os amigos perguntam porque estou aqui...

Ruy Duarte de Carvalho

As notícias sobre o gado expostas na epígrafe, se por um lado aludem à prática pastoril no sudoeste angolano, poderiam, por outro lado, remeter aos bois dos sertões brasileiros. Isso porque em *Desmedida*, obra de Ruy Duarte de Carvalho analisada neste capítulo, novas formas de compreensão do sudoeste angolano são vislumbradas pelo narrador-antropólogo durante sua viagem a um país que também foi colônia portuguesa: o Brasil.

Dividido em duas partes – respectivamente chamadas “Primeira Metade” e “Segunda Metade” –, a narrativa de 2006 apresenta, próximo a seu final, uma clara referência a um romance que será sua continuação: “Tem rumos que o destino impõe. E há de ser uma vertigem nova, que irá talvez impor-me os rumos de um livro a seguir. E já tem título: *a terceira metade*” (2006, p. 308, *grifo do autor*). Entre *Desmedida* e *A terceira metade* (e consequentemente, entre os demais livros que compõem a trilogia “Os filhos de Própero”) há, portanto, uma relação de continuidade narrativa, passível de ser estendida a *Vou lá visitar pastores* (1999) e a *Como se o mundo não tivesse leste*.

O escritor português Augusto Abelaira, na “Advertência escrita em 1982 e retirada dum diário íntimo descoberto depois da morte do autor”, presente no fechamento do seu livro *Quatro paredes nuas*, publicado em 1972, apresenta um argumento que pode nos ajudar a elucidar esse processo. Antes, porém, uma ressalva: ao contrário do que indica a advertência, Abelaira estava ainda vivo quando da publicação desse seu livro de contos. Sua morte ocorreu apenas em 2003, aliás. Brincar com este fato é uma forma de ironizar os limites entre a

realidade e a ficção, destacando a possibilidade de se transformar ficcionalmente em personagem, assim como Ruy Duarte frequentemente faz em suas narrativas.

Nessa advertência, ficcionalmente exposta como publicada postumamente (ainda que saibamos que não tenha ocorrido dessa maneira), Abelaira faz um balanço de toda a sua publicação, sugerindo não apenas a existência de um “sopro unificador” (ABELAIRA, 1972, p. 198) entre os contos de *Quatro paredes nuas*, mas de um *continuum* narrativo entre os romances, cujas lacunas devem ser preenchidas. O texto finaliza-se então com algumas perguntas:

Revelando agora, e tardiamente, o jogo que incompletamente joguei, saberão os leitores optar pela leitura que melhor lhes convenha, serem eles próprios (caso lhes interesse) a suprirem as lacunas entre os vários contos, a fantasiarem hipóteses que os tornem, todos eles, coerentes, uns com os outros?

E o problema ainda hoje não resolvido (sou homem de perguntas e não de respostas, têm de me desculpar): [...] Qual a razão por que o *continuum* narrativo que um autor traz dentro de si (o autor que não ambiciona contar anedotas) se rompe umas vezes ao fim de quinze páginas e outras somente ao fim de trezentas? Essa ruptura deve ser respeitada sempre ou, em certos casos, ela é um desafio posto ao escritor, um desafio que exige dele um redobrado esforço, por que dar-lhe batalha e vencê-lo é trazer à superfície a unidade submersa, é conquistar a recôndita harmonia? Continuando: *por que é que um autor escreve este livro e mais aquele e outro ainda, quando entre esses livros não há, possivelmente nem poderia haver, nenhuma separação, todos eles fluem no íntimo de uma infinita melodia, todos eles traduzem a busca de um mesmo equilíbrio, e em vez de muitos são, não podem deixar de ser, um único, um só, um todo indivisível?* (1972, p. 201-2, grifo nosso).

A concepção abelairiana de uma unidade narrativa submersa e que pode ser trazida à tona por meio do olhar atento do leitor revela-se, portanto, bastante adequada à compreensão do romance *Desmedida* como parte de um projeto narrativo maior. Nesse processo, não apenas a divisão deste romance em “Primeira Metade” e “Segunda Metade” facilitaria sua aproximação ao romance *A terceira metade*, mas também a percepção de que os títulos de ambas as narrativas evocam a ideia de algo que excede os padrões de medida já estabelecidos, convidando a uma modificação do olhar do leitor.

Não fazendo parte da trilogia “Os filhos de Próspero”, *Desmedida* está, sem dúvida, ligada a ela, excedendo, no entanto, a própria trilogia. A essa narrativa, somam-se ainda *Como se o mundo não tivesse leste* (1977) e *Vou lá visitar pastores* (1999), que, assim como *Os papéis do inglês*, *As paisagens propícias* e *A terceira metade*, corroboram a afirmação exposta pelo narrador, no último

romance, de que o tema geral sobre o qual ele discorre em seus textos é sempre o mesmo, ainda que ele o faça de formas diferentes.

[...] o tempo do princípio desta estória pertence já a um passado que é nosso também..... tem passados, sim, que não acabam nunca..... ou então não tem passado que não exista só, refeito, num qualquer presente que o pré-faz sempre de novo, e diferente..... mas isso é outra conversa e para as conversas que eu quero ter com você agora, o que a mim mais me espanta é andarmos assim a trabalhar juntos e a esquiar de jipe pelas dambas delfinas destes desertos todos, sempre a falar do mesmo mas nunca, jamais, da mesma maneira, porque afinal falamos não é de um qualquer passado, nosso ou alheio, mas de um processo em curso..... falamos antes, de cada vez de novo, é mais para garantir devir à estória..... e é para encerrá-la, a essa longa estória desta vez agora?..... e isso é coisa para saber mais como? (CARVALHO, 2009, p. 14)

Como evidencia o narrador, o conteúdo contemplado em suas narrativas é reiteradamente exposto, uma vez que ele aborda um processo não plenamente encerrado (a colonização), cujas marcas ecoam no presente. Ficcionalmente trabalhado, por sua vez, esse processo, que se manifesta de modo contínuo na história angolana, é potencializado pelo *continuum* narrativo a que se referia Abelaira anteriormente (1972). Nesse sentido, é possível afirmar que, também em *Desmedida*, fatos envolvendo a vida de “filhos de Próspero” são narrados. O diferencial é que agora o narrador, aproveitando-se da travessia literária de textos de Euclides da Cunha e de Guimarães Rosa, atravessa o Atlântico para compreender a vida de outros filhos da colonização portuguesa.

Assim, nas palavras de Andrea Cristina Muraro, “ao angariar paisagens humanas e topográficas, Ruy Duarte de Carvalho acaba por nos deslocar por brasis que se bifurcam por angolas sem-fim” (2008, *não paginado*), alinhavados pelo que nos legaram os portugueses. Todavia, em meio a esse processo, além do legado do Próspero-português, percebe-se o legado que brasileiros e angolanos deixaram, respectivamente, em Angola e no Brasil. Tudo isso por meio de um olhar plural e múltiplo, tal como o escritor já fizera em outras obras.

4.1 Calibanismos e Prosperizações

No prefácio de *Brasil/África*: como se o mar fosse mentira, as pesquisadoras Rita Chaves, Carmen Secco e Tânia Macedo chamam a atenção para a

importância do estudo das marcas das heranças culturais africanas em nosso país, atrelado ao desejo de “desvendar um Brasil que a oficialidade tentou esconder” (2006, p. 10). Afirmam ainda que as viagens ao continente africano possibilitam igualmente a percepção do Brasil na África. Isso porque,

[...] com as faces que nos apresentam seus ficcionistas e poetas, constatamos também que há muito do Brasil que os africanos guardam. E se é previsível a presença de muito daquilo que eles nos legaram, também podemos reencontrar algo que tem sua origem no Brasil, marcas que resultam daquele contexto particular em que se fecundaram tantas misturas, sob o signo da dor, da exploração, da saudade, mas também da resistência e da capacidade de criar e recriar beleza quando o real convida ao desânimo. (CHAVES, SECCO e MACEDO, 2006, p. 11)

Em *Desmedida*, portanto, obra de Ruy Duarte de Carvalho que focaliza o cruzar do Atlântico, a narração de fatos envolvendo a história de Angola e do Brasil possibilita a percepção, pelo olhar de um intelectual angolano, das afinidades e divergências envolvendo as duas ex-colônias portuguesas.

É no Brasil, mais precisamente no interior do estado de São Paulo, que *Desmedida* tem início. Enquanto o narrador conversa com duas senhoras, seu pensamento se desloca para outra sala de jantar, tão extensa e tão antiga quanto aquela. Imagina o poeta Blaise Cendrars em sua visita ao Brasil, no início do século XX, sendo servido por negras e mulatas, “algumas nascidas ainda no tempo da escravidão” (CARVALHO, 2006, p. 16). Poeta “amputado pela primeira guerra mundial e aventureiro, brilhante e de cigarro, sempre, no canto esquerdo da boca” (CARVALHO, 2006, p. 16), sua deficiência física é abordada de forma leve e bem-humorada pelo narrador. É o Saci Pererê, o menino negro de uma perna só dos livros de Lobato, quem dirá a Cendrars para não se importar com os preconceitos sofridos por ter perdido um de seus braços na guerra.

Na altura, o lema então difundido pelo poder nacional brasileiro, “O Brasil precisa de Braços” – em uma alusão à necessidade de trabalhadores na agricultura – serviu como mote para que o modernista Mário de Andrade escrevesse um artigo em defesa de Cendrars. Manuel Bandeira, por sua vez, não só reconheceu publicamente a importância do poeta franco-suíço para a geração de 22, como afirmou que o “movimento *Pau-brasil*, de Tarsila e de Oswald, terá mesmo nascido e achado o seu tema na companhia de Cendrars” (CARVALHO, 2006, p. 20).

A seu modo, portanto, Cendrars contribuiu para a criação de uma identidade brasileira pela literatura. Já sua colaboração para uma nova percepção do continente africano ocorreu com a publicação de *Antologia Negra*, em 1921, obra para a qual o poeta se serviu de contos e poemas africanos. Desafiando uma percepção canônica do fazer literário, Cendrars abriu espaço para uma percepção não eurocêntrica de mundo.

Outro europeu mencionado pelo narrador de *Desmedida* em razão de suas andanças pelo Brasil é o explorador britânico Richard Francis Burton que, ao longo do século XIX, conseguiu coletar, com o apoio da *Royal Geographical Society*, informações sobre espaços que até então eram um enigma para os europeus. Embora fosse bastante conhecido na Inglaterra de seu tempo, Burton nem sempre despertou a simpatia de todos, sendo, algumas vezes, considerado um pária por seus conterrâneos. Esse incômodo se deu em decorrência de seus posicionamentos contra “a baixa qualidade e a monotonia do ensino universitário, a necessidade de emancipação da mulher inglesa, a incapacidade do governo em ver que os povos conquistados do Império se mantinham constantemente à beira da revolta” (RICE, 2008, p. 12).

No continente africano, Burton inicialmente apresentou um discurso evolucionista e determinista, pautado na concepção de que a “raça” negra marcava a inferioridade dos indivíduos. Apesar disso, teve um papel significativo na desmistificação do continente africano ao publicar *Wit and Wisdom from West Africa*, em 1965, em cujo prefácio critica a atitude (adotada por ele inclusive, no passado) de classificar o valor do africano a partir de seu fenótipo. Em suas palavras, é a linguagem que revela a expressão e as manifestações da mente, não dados anatômicos como o cabelo ou a cor da pele.

Também como Cendrars, portanto, e 56 anos antes da *Antologia Negra*, Burton deu conta de uma África que poderia ser proposta ao consumo europeu sem vir engrossar a imagem imperial e desdenhosa de uma reserva de recursos fabulosos encravados num parque de insalubridades, abafado por miasmas e horrores, um campo fértil em expressões de primitivismo exóticas. (CARVALHO, 2006, p. 24)

As vivências desses dois europeus no continente africano e no Brasil ajudam o narrador a inicialmente estabelecer as proximidades que ele deseja.

No contexto contemporâneo, ele destaca, por exemplo, o fato de o estado de São Paulo ter uma população maior do que Angola e a Namíbia juntas; possuir a

terceira maior frota privada de helicópteros do mundo, a quinta de aviões a jato particulares e, assim como Brasília, estar na iminência de ter mais celulares do que habitantes; além disso, “o seu pib é superior ao de uma infinidade de países por esse mundo fora” (CARVALHO, 2006, p. 46).

Nos anos de 1860, porém, época em que Richard e Isabel Burton vieram para o Brasil, “São Paulo preservava uma aparência colonial, não tinha ainda, com o milagre da euforia cafeeira e o sobressalto da inflamação intelectual das últimas décadas do século dezanove, transitado de *comunidade a metrópole*” (CARVALHO, 2006, p. 48, *grifo do autor*).

Edward Rice de fato comenta que a cidade paulista de Santos, em 1865, era uma “cidade úmida e subdesenvolvida que, com seus mangues, xaxins, águas turvas, a etérea mescla de tons verdes claros e escuros e o mar de cor carregada, lembrava a Burton os portos sujos e desleixados da costa ocidental africana” (2008, p. 506). Já a capital do estado, também de nome São Paulo, era descrita por Isabel como “uma cidade graciosa, branca, espaiada no alto de um morro e descendo para um planalto, bem arborizada e com boas águas, e montanhas ao longe, por toda a volta. Saindo para o campo, há cobras, macacos, jaguares e gatos selvagens, escorpiões e aranhas” (*apud* RICE, 2008, p. 506).

Nesse sentido, apesar da independência brasileira, ocorrida em 1822, não havia diferenças significativas entre as cidades brasileiras e as colônias africanas. Em ambas, a ausência de desenvolvimento econômico e industrial, desejada por uma concepção progressista, era notável. O assombro em relação às aproximações entre o contexto colonial angolano e o contexto brasileiro, já independente, do século XIX, atenua-se quando se considera o paradoxo histórico mencionado por Luiz Felipe de Alencastro em *O Trato dos Viventes* de que “o Brasil se formou fora do Brasil” (2000, p. 9), ou seja:

[...] a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII. (ALENCASTRO, 2000, p. 9)

Como explica o narrador de *Desmedida*, “Os brancos vieram pela primeira vez por aí abaixo, ao longo da costa de África, em barcos grandes, foi à procura do ouro e da prata nas feiras mantidas e controladas por poderes africanos locais, dizem os mestres” (CARVALHO, 2006, p. 228). Todavia, como nem sempre o ouro era suficiente para a troca com as quinquilharias que os “brancos” ofereciam, “os chefes e os homens ricos da costa propunham pagar com escravos. Também já antes saía muito escravo de África para o resto do mundo de então, pelas rotas do deserto” (CARVALHO, 2006, p. 229).

Em meio a esse processo, destaca-se o nome da rainha Jinga, soberana que revendia escravos para os europeus e, a certa altura da vida, converteu-se ao cristianismo. Sua imagem é frequentemente exaltada patrioticamente em Angola: “Tudo muito segundo uma matriz adaptada e fixada por um outro órfão do império, e como eu nacionalista angolano sem ter nascido em Angola, Castro Soromenho” (CARVALHO, 2006, p. 229). Todavia, convém lembrar que, se a rainha Jinga é hoje considerada um grande nome da história angolana, isso não significa que agia em favor de todos os angolanos; era um Caliban prosperizado, como registra Ruy Duarte de Carvalho em “Outra parábola”:

Quando lhe passaram o véu de musselina branca à volta do tronco e o prenderam com um broche por cima do ombro esquerdo, a Senhora não achou nem bem nem mal, e nem sequer lhe passou pela cabeça que lhe estavam a tapar as mamas para ser recebida pela corte.

Depois deu conta.

E quando deixou para trás a escrava que lhe tinha servido de assento, foi para mostrar ao Governador que em matéria de mandar não lhe ficava atrás. Exercia nua mas mandava muito. O que o outro não podia: nem mandar nu nem tanto como ela. E não cedia.

Na escrava ninguém pensava. (CARVALHO, 2005c, p. 308)

Quando Cendrars esteve em São Paulo, no início do século XX, os escravos negros já haviam sido teoricamente libertos pela Lei Áurea, de 1888. Apesar disso, continuavam executando funções servis pelas quais recebiam salários ínfimos. Ser negro era sinônimo de ex-escravo. Ser mulato era sinônimo de ter sangue de escravos. Assim, os indivíduos de pele branca foram privilegiados na escolha da mão-de-obra para o desenvolvimento do estado. Nos ex-escravos ninguém pensava.

De acordo com Boris Fausto (2012), o salto vertiginoso de urbanização, especificamente na capital paulista, só foi possível em virtude do afluxo de imigrantes que não estavam mais interessados em desenvolver atividades agrícolas. “A cidade oferecia um campo aberto ao artesanato, ao comércio de rua, às fabriquetas de fundo de quintal, aos construtores autodenominados ‘mestres italianos’, aos profissionais liberais” (2012, p. 244). Porém, foram as atividades cafeeiras, no final do XIX, que impulsionaram o primeiro surto de industrialização, uma vez que criaram um mercado para o consumo de produtos manufaturados, promoveram a construção de estradas de ferro e desenvolveram a exportação e a importação.

Nesse início do século XX, Brasília não era ainda a capital nacional. Foi em meados do mesmo século que se cogitou a construção de uma cidade no Planalto Central do país destinada a ser a nova capital da república (FAUSTO, 2012). Como registra o narrador, próximo da inauguração simbólica da cidade, em 21 de abril de 1960, lotes de terreno em volta da capital federal eram vendidos em Angola. Porém, com a independência angolana,

[...] até ficava mal revelar apego ao Brasil, fazia parte do ‘passado’ colonial (ainda hoje custa a lembrar esse papo multiracialotropicalista, de matriz brasileira, com que o colonialismo português nos andou a massacrar durante décadas), embora o Brasil dos coronéis tenha sido o primeiro governo do mundo a reconhecer a Angola independente e o seu governo, que se mantém até hoje no poder, ironias, às vezes duplas e até triplas, que a história tece. (CARVALHO, 2006, p. 54)

Para o poder nacional angolano, contudo, a continuação da celebração da proximidade entre Brasil e Angola não se revestia de nenhum problema. *Gabriela*, por exemplo, foi a primeira novela transmitida pelo canal único de televisão no pós-independência. A narrativa da protagonista mestiça parecia fazer jus à imagem de uma Angola onde não houvesse disputas por questão de cores de pele, como oficialmente se posicionava o MPLA. A música de abertura que interpelava não apenas um sentido de coletividade, mas se referia a ela como “camaradas” (termo comum em Angola naquele tempo) também era significativa.

Chico Buarque, por sua vez, encerra “Morena de Angola” com os versos “Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela/ Morena, bichinha danada, minha camarada do MPLA”. Assim como Gabriela, a “Morena de

Angola” não tem a pele escura: fruto do encontro entre o negro e o branco ela retoma o mito romântico de uma nação sem preconceitos. Como constata o narrador de *Desmedida*, sendo brasileiros e angolanos filhos da expansão ocidental, “invocamos lusofonias de hoje que já foram lusotropicalismos antes, somos todos do hemisfério sul, com a cor geopolítica comum que isso comporta” (CARVALHO, 2006, p. 202).

Antes da descolonização angolana, porém, a independência do Brasil, em 1822 já aparecia, no discurso do MPLA, como uma referência. Apesar das diferenças que caracterizavam cada um dos territórios colonizados por Portugal, os “muitos aspectos de uma história comum eram evocados, e projetava-se no presente ‘livre’ da sociedade brasileira a possibilidade de um futuro menos opressivo nas terras africanas” (CHAVES, 2006b, p. 34). Ao longo desse processo, destacava-se não apenas a necessidade de findar a colonização, mas também de “superar a experiência dramática de desagregação, da incomunicabilidade entre os muitos povos que se viram integrados num universo de regras e valores estranhos à sua história” (CHAVES, 2006b, p. 41).

Todavia, se em Angola o movimento nacionalista que tomou o poder, no pós-independência, se pautou por estruturas e modelos políticos herdados da colonização, no Brasil, o processo de continuidade histórica parece ainda mais evidente. A “declaração da independência” por D. Pedro I (representante da família real portuguesa) e sua permanência como príncipe regente são eventos emblemáticos para essa constatação, visto que “a emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou da forma de governo. Exemplo único na América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre repúblicas” (FAUSTO, 2012, p. 126).

Segundo Rowland (2007), apesar dos inúmeros conflitos ocorridos no período colonial, opondo os habitantes do Brasil à coroa portuguesa ou a seus representantes, “estes conflitos não deram origem a qualquer sentimento nacional ou à percepção de algum antagonismo que opusesse portugueses a brasileiros enquanto tais” (2007, p. 402), ainda que interpretações posteriores tivessem procurado atribuir uma interpretação nacionalista a esses fatos. Para o teórico isso ocorreu em função de não ter existido no Brasil – assim como houve na América espanhola (e, aqui, acrescentamos mais uma vez também Angola) – “uma elite crioula fruto da miscigenação entre colonizadores brancos e a população indígena

e consciente do seu enraizamento na terra” (ROWLAND, 2007, p. 402). Por conta disso, o projeto de construção de uma “nação brasileira” só se efetuou no pós-independência e teve como intuito não apenas

[...] estabelecer demarcações e fronteiras entre “portugueses” e “brasileiros”. Tratava-se antes de delinear um campo de diferenças no qual o Brasil pudesse reivindicar a sua individualidade. E, neste contexto, tornava-se necessário definir, ao nível do discurso, um papel para Portugal, os portugueses, e a própria Casa de Bragança: equacionar, por outras palavras, os elementos de continuidade e mudança que se desejava constituíssem o ponto de partida para a elaboração de um discurso de identidade nacional. (ROWLAND, 2007, p. 403)

Como se pode perceber, além de continuidades, também houve mudanças geradas pela descolonização brasileira. Entre elas, destaca-se a alteração no processo de subordinação à Inglaterra, que passou a ocorrer diretamente, e não mais tendo Portugal como intermediário. Ao mesmo tempo, verifica-se que, em meio ao núcleo promotor da independência, havia discordâncias, o que motivou uma grande flutuação política e uma série de rebeliões entre os anos de 1822 e 1840. (FAUSTO, 2012).

A despeito dessas discordâncias, da mesma forma como ocorreu em Angola, um cânone histórico brasileiro foi construído, deixando de lado outras visões sobre os fatos. Igualmente, no cânone literário, impera uma visão elitizada e segregadora, que erroneamente deixa transparecer que a “boa” literatura é produzida por pessoas de uma determinada classe social, de um determinado gênero, de uma determinada cor, e assim por diante. É a manutenção pois, da norma masculina/ heterossexual/ branca/ patriarcal/ cristã/ militar/ capitalista/ europeia comentada por Grosfoguel (2010).

Ciente de tantos silenciamentos, o Brasil visitado pelo narrador de *Desmedida* torna-se, pois, um espaço ainda por se conhecer:

[...] que sei eu de resistências brasileiras a ditaduras para mim alheias? Saberei talvez alguma coisa de governos que em África podem perpetuar-se porque aproveitam situações que não dão alternativa e sabem adaptar-se aos discursos e à prática que mais convêm aos tempos políticos que se vão sucedendo sem que isso os leve a alterar o regime que apuraram para o exercício do domínio interno e a prosperidade de quem tomou, já faz muito tempo, conta do poder. Mas que sei eu do São Paulo e do Brasil de agora e daquele que entretanto decorreu enquanto as nossas guerras nos mantinham entretidos? Saberei, talvez, no fim desta viagem. (CARVALHO, 2006, p. 55-6)

Assim, o narrador decide dar início efetivamente a uma viagem por um Brasil desconhecido por muitos angolanos e até por muitos brasileiros. Parte em busca do rio São Francisco, em busca da terceira margem de si mesmo, de uma forma de “dizer do Brasil a partir de Angola, a partir da situação nacional que é a minha em relação ao mundo e a Angola (e exactamente só a partir disso)” (CARVALHO, 2006, p. 42).

Foi de São Paulo que em 1674 saiu a bandeira que assegurou a ocupação efetiva da região do São Francisco. Hoje, em virtude de um processo de reinterpretação histórica, sabemos que os bandeirantes paulistas não são os heróis que, por um longo tempo, pinturas, desenhos, monumentos, relatos – além de nomes de ruas, estradas e avenidas –, fizeram-nos crer. Segundo Boris Fausto (2012), sob o comando dos bandeirantes paulistas, milhares de índios foram escravizados, saqueados, presos e brutalmente assassinados.

No século XIX, portanto, quando Richard Francis Burton viaja pelo Velho Chico, a população indígena brasileira é acentuadamente menor do que em 1500, considerado o ano da “descoberta” do Brasil pelos portugueses. Segundo o narrador de *Desmedida*, Burton constata isso e

[...] fala do escasso remanescente de índios que encontrou em ilhas do São Francisco quando deixa Januária e prossegue de ajoujo pelo rio abaixo. Vê índios na margem ocidental do rio, aldeados numa larga rampa de areia que dá acesso a São João das Missões, removidos para ali do Brejo Salgado, paraíso silvícola a 18 léguas de distância, vagos e distantes xavantes, xicriabás e botocudos. Verdadeiros selvagens, diz Burton em 1867, já só a mais de cento e vinte léguas dali, para os lados de Goiás. Burton bem procura ainda um quadro romântico aonde caiba o bom selvagem – e conta mesmo um trecho da legendária história da região de Januária, substituindo uma indígena capturada e abusada, presa de um feroz português, por uma bela índia nascida de um maciço de flores e adoptada, criada e mais tarde tornada esposa desse valente e gentil explorador de sertões –, mas os índios que foi vendo ainda em cena pelo caminho, já tinham quase todos passado da condição de indígenas à de caboclos. O que se sabe é que a liquidação dos índios faz parte da própria *démarche* da penetração colonial do São Francisco, da dinâmica e da intenção, até, que a levam para a frente. O São Francisco é desbravado logo à partida, antes do mais, por caçadores de índios. E os séculos que vão seguir-se serão de devastação total, matanças arrasantes, capturas, dizimações, evangelizações, fixações, sufocação de revoltas, grupos indígenas que recuam ou dispersam, índios aldeados e aliados, índios de pazes, das aldeias, descidos, catequizados e civilizados, ou inimigos espalhados pelos sertões. É esse o quadro da penetração do São Francisco. (CARVALHO, 2006, p. 138-9)

É ainda o narrador-antropólogo que afirma que, em um gesto adâmico, antes de começarem a batizar os indivíduos que aqui encontraram, os portugueses

batizaram a terra. Chamaram-na Brasil e dela se apoderaram. Depois, nomearam os índios, ao mesmo tempo em que lhes atribuíram predicativos definidores de sua suposta inferioridade. Acrescenta que, desde a chegada dos primeiros estrangeiros, exploradores, cientistas, artistas e curiosos se debruçaram na investigação desses habitantes: “O que esses estrangeiros levavam daqui como matéria prima informativa para pensar e decidir sobre ela, devolviam-no depois já mastigado, elaborado, fabricado, para que o Brasil passasse a ser visto como eles muito bem o entendiam” (CARVALHO, 2006, p. 135).

Em um processo semelhante ao ocorrido em Angola, a norma masculina/ heterossexual/ branca/ patriarcal/ cristã/ militar/ capitalista/ europeia vigorou no Brasil e a nudez indígena foi castigada. Incitaram-se guerras de índios contra índios, puniram-se “hostilidades, resistências, quebras de pactos e antropofagias” (CARVALHO, 2006, p. 139). Segundo o narrador, até o século XIX não se sabia ao certo se os sertões deviam ser “desinfestados” ou se os indivíduos de pele branca deviam dar continuidade à sua missão de civilizar os índios e integrá-los à sociedade.

A despeito de toda a perversidade que se atribuía aos índios, recusava-se a ver a grande violência existente por trás de todo esse massacre. Vislumbrando o progresso da região, fechava-se os olhos ainda para o fato de que, na visão dos povos indígenas que habitavam as margens do São Francisco, ele era, “com os seus horizontes de águas e de margens, o próprio mundo que não vai além das distâncias a que o remete um cotidiano vital que se repete e é sempre o mesmo” (CARVALHO, 2006, p. 70).

Além disso, havia também os bois... Igualmente submetidos ao domínio desse Próspero dos trópicos, foram transportados para as margens do São Francisco para produzirem “couro, sebo e carne para abastecer primeiro a produção do açúcar na costa e, depois, as minas” (CARVALHO, 2006, p. 140). Com isso, áreas verdes foram transformadas em pastos, vidas foram transformadas em propriedade: tudo em nome do progresso e do desenvolvimento econômico da região.

É de bois, aliás, que fala João Guimarães Rosa, escritor brasileiro cujas narrativas foram responsáveis por algumas das paisagens que povoaram o imaginário do narrador. Foi em 1965 que ele teve contato com *Grande sertão: Veredas*, obra que lhe revelou um estilo de escrita e de ficção também adequado

às paisagens e à substância humana com que ele andava a lidar. Nesse sentido, os sertões por ele descritos são condicionados pela leitura da obra rosiana. Assim, as mulheres de Januária ora se aproximam da percepção de Riobaldo Taratana, ora parecem mulheres carnívoras.

Tomando ainda como exemplo Riobaldo, o narrador enfatiza a necessidade de os jagunços não serem equivocadamente considerados vilões pela história. São parte das dinâmicas que movimentam os interesses dos sertões, como mostrado em *Grande Sertão: Veredas*. “Ariéis” a serviço de Próspero. São

[...] complemento e instrumento do poder, criação necessária ao fazendeiro ou proprietário das terras, para agredir e combater, braços d’armas para o risco de todo dia. Se a soldo individual, deles se diz que são capangas ou guarda-costas. E pela bala anônima, na tocaia, podem eliminar qualquer contrário. Tropa irregular, a mando de um potentado, tomam de assalto lugares e cidades para efectivar vinganças colectivas, deitar abaixo ou colocar autoridades no poder. A efabulação dos adventícios da história e das literaturas, e o folclore, não deixarão jamais de atribuir requintes de crueldade à raça dos jagunços, uma raça de criaturas diferentes, homens da raça de bronze. Mas um mínimo de intenção de ver claro, não poderá deixar de render-se à evidência de que jagunço não é bandido nem é herói, é gente comum que sai da roda do povo, sai das populações sertanejas e a essa condição pode sempre regressar, e regressa sempre, se sobrevive, terminada a guerra. E nisso é que a condição de jagunço se distingue da desse mesmo filho do povo e do sertão, e do povo do sertão, que as condições projectam na situação do cangaço. (CARVALHO, 2006, p. 108-9)

No início do século, o brasileiro Euclides da Cunha, em sua obra *Os sertões*, havia já destacado algumas das muitas complexidades que marcavam a região do rio São Francisco. Ainda que seu discurso fosse marcado por uma concepção estereotipada das “sub-raças sertanejas do Brasil” (CUNHA, 2009, p. 65), é inegável a contribuição que sua obra propiciou enquanto testemunho do massacre ocorrido durante a guerra de Canudos – em suas palavras, um crime a ser denunciado.

A experiência de Canudos provocou uma alteração de “discurso, de posição e de atitude” (CARVALHO, 2006, p. 298) na vida do autor. De defensor do progresso e da República, ele se transformou em seu grande crítico. O choque que ele sentiu ao ver milhares de sertanejos, liderados por Antônio Conselheiro, sendo inocentemente mortos deve ter sido tão intenso quanto o que Henrique Galvão percebeu ao se deparar com os impactos das ações de Salazar em meio aos “indígenas” angolanos. Embora os contextos sejam diferentes, as motivações de

ambos revelam um denominador comum: são produto da expansão ocidental; uma tentativa deliberada de eliminar aquilo que se afasta do progresso.

Porém, segundo o narrador, mais do que ser “a aberrante expressão do desvario de um grupo insano de fanáticos malucos” (CARVALHO, 2006, p. 295), Canudos foi um caso de “desobediência civil” calcado na “influência de um estranho homem que desnaturava a religião católica, pregava contra a república e colocava o seu domínio à margem e a salvo de todas as tributações devidas a um Estado reinvestido de uma suprema sacralidade laica pela própria fundamentação republicana” (CARVALHO, 2006, p. 295). Foi um caso de “desobediência civil” nos termos de Thoreau, ou seja, baseado no princípio de que “Se o que se quer é pôr fim à injustiça[...] então deixemos de respeitar os termos impostos pelos injustos” (CARVALHO, 2006, p. 297).

Em Canudos, a selvajaria, a brutalidade e a arrogância (atributos frequentemente atribuídos a indivíduos menos desenvolvidos – tal como Próspero atribuiu a Caliban) estavam do lado da civilização moderna. O misticismo e o fanatismo, por sua vez, não eram pertença exclusiva do sertanejo. Assim, Euclides conclui que “não existe de facto uma fronteira explícita entre o bom senso e a insânia, as loucuras e os crimes das nacionalidades” (CARVALHO, 2006, p. 300), mas um “sistema que afeiçoa e integra o que pode e elimina o que lhe escapa ou excede” (CARVALHO, 2006, p. 300).

Próximo ao final de *Desmedida*, já em São Paulo, o narrador estabelece uma nova ligação entre o contexto de Canudos e o contexto angolano:

A adufa cedeu quando o silêncio de Canudos, e o do fim da chuva que molhava a água, deu por fim lugar a uma intrusa evocação da exumação do corpo do Conselheiro, ocorrida ali. Qualquer coisa deu de si, então, cá dentro da carcaça deste cansado peito e caí na data que era a daquele dia: vinte e dois do dois, data de outros cadáveres, angolanos também, dados à devassidão dos nojos. [...]

Dava para ter sido visto logo, em fevereiro de 2002, o que ia oferecer-se a seguir, tanto em relação ao que estava para revelar-se no âmbito do nacional, e numa implicação cívica de cada um inscrita nele, como ao que se me desenhava noutros registos pessoais bizarramente simultâneos. Um túnel, de todo o jeito, desde então e até aqui e agora. Nada, nem seja o que for nem quem, engana ou trai o sujeito, é ele que se engana e trai, não querendo ver. (CARVALHO, 2006, p. 306-7)

A tempestade tão desejada desde *Como se o mundo não tivesse leste*, também está presente aqui. É a chuva, outrora descrita por Euclides, e aqui recuperada, que remete o narrador para 22 de fevereiro de 2002, dia de

falecimento de Jonas Savimbi, o líder da UNITA. Nesta data, a guerra civil angolana terminou e o MPLA prosseguiu sozinho no poder – desta vez, sem adversários.

Como se pode perceber, em *Desmedida*, a viagem do narrador-antropólogo não se limita a Angola. Excede fronteiras ao recair no Brasil. Ao longo desse processo, seu olhar não se atém exclusivamente aos principais pólos políticos brasileiros – como Salvador e Rio de Janeiro (as antigas capitais) –, ou a Brasília, a atual sede do governo federal. Tampouco se prende unicamente a São Paulo, cidade de significativa importância econômica na conjuntura latino-americana. Seu foco está, sobretudo, nos sertões, percorridos no século XIX pelo explorador inglês Richard Burton e literariamente abordados por escritores brasileiros como Euclides da Cunha (em sua obra *Os sertões*, de 1902) e Guimarães Rosa (em *Grande sertão: Veredas*, de 1956). Assim, se para o narrador Angola não é só Luanda, o Brasil não é só São Paulo, ou Rio de Janeiro, ou Salvador.

Também, no caso brasileiro, verificamos a existência de uma narrativa de identidade nacional que acabou por obliterar identidades significativas existentes em nosso território. Em detrimento da história da nação, histórias consideradas menores (ou até mesmo irrelevantes) foram relegadas ao anonimato. A partir de um dado momento, o Estado-nação se tornou a medida. O que a ela excedia, era desconsiderado, fato capaz de deixar alguns críticos em estado de temor e compaixão. Novos tempos, novas situações “trágicas”.

Nas escolas, ensina-se, desde cedo, às crianças, uma história que acompanha o desenvolvimento político-econômico brasileiro: começa em Salvador, privilegia, a seguir, os estados de Minas Gerais (por conta do ciclo do ouro), do Rio de Janeiro (enquanto capital do império) e de São Paulo (pelo ciclo do café e pela importância econômica nos séculos XX e XXI), além de fazer referência a Brasília, capital nacional. Os demais estados são brevemente mencionados, caso tenha havido alguma revolta que se considere nacionalista. O que caracteriza esse discurso histórico é ainda a visão de Próspero: linear, progressista, calcada na dicotomia atraso X desenvolvimento.

O ensino da literatura, por sua vez, acompanha frequentemente este modelo de compreensão histórica, o que pode levar os alunos a compreenderem equivocadamente que o discurso da literatura colonial “evoluiu” até se consolidar

um discurso com uma perspectiva nacional, ou que as escolas literárias marcam diferentes graus de evolução da produção literária de uma nação.

Porém, se a literatura serviu para veicular a ideia de nação (herdada já da colonização), o estudo da literatura, por sua vez, não precisa (e nem deve) estar engessado à noção de identidade nacional.

Benjamin Abdala Junior sugere, em *Fronteiras múltiplas, identidades plurais*, o fortalecimento de laços culturais supranacionais como uma forma de buscar novas associações que “que efetivamente não reproduzam gestos coloniais ou imperiais” (ABDALA JUNIOR, 2002, p. 30). Isso não anula, no entanto, a importância do Estado Nacional, que continua sendo um modo de intermediação entre o indivíduo e o mundo e que não deve nunca perder seu papel de promovedor do bem-estar e de inserção ativa dos cidadãos. Para tanto, as “fronteiras não devem ser de separação, mas de contato, de compartilhamento – um sentimento de parentesco que não se esgota nas fronteiras do Estado, mas que também não as desconsidere” (ABDALA JUNIOR, 2002, p. 38). Ainda, em suas palavras:

Hibridismo, ao contrário do que pensaria um liberal, não significar ausência de tensões entre constituintes heterogêneos – um campo conveniente para a imposição da lei do mais forte, mascarada de competência tecnológica. Pressupõe, ao contrário, a possibilidade de desenvolver práxis mais ativas, criativas e livres, sem preconceitos, já que todos não deixamos de ser híbridos ou mestiços, tendo como estatuto em Estado que promova o bem-estar social. (ABDALA JUNIOR, 2002, p. 174)

Assim, o que o leitor de *Desmedida* encontra nesta obra é este discurso híbrido, liberto de preconceitos, capaz de congrega a diversidade para além das fronteiras. Um pensamento, como sugere Boaventura de Sousa Santos, “numa constelação mais ampla de saberes” (2006, p. 156) que, sem considerar os efeitos do capitalismo e da globalização provocados pela experiência da colonização, descreva outras formas de experiência.